

# É preciso falar: Entrevista com Dulce Pandolfi

Mediação: Lucas Bandeira, Beatriz Resende, Italo Moriconi e Luiz Eduardo Soares

A professora e historiadora Dulce Pandolfi recebeu a **Revista Z** para uma corajosa conversa sobre a violência política da Ditadura Militar de 1964-1985 no Brasil. Entre amigos, ela falou da importância, sobretudo neste momento de ascensão da extrema-direita no mundo, da responsabilização dos agentes que promoveram a ruptura democrática, a repressão política e a tortura como método para calar os opositores do regime. “Meu problema não é prendê-los, é reconhecê-los como torturadores. [...] Não fazer isso foi muito ruim para a sociedade brasileira, porque dá uma sensação de impunidade muito grande”, defendeu.

Dulce é filha de um professor universitário e crítico literário e cresceu convivendo com a intelectualidade progressista de Pernambuco na época do Governo Arraes. Ingressou na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco em 1967 e logo se envolveu com o movimento estudantil. Procurada pela polícia pernambucana, fugiu para o Rio de Janeiro. Foi presa em agosto de 1970 e levada para o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna), no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Nos três meses que esteve ali, foi barbaramente torturada, fatos que relatou em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 2013. Ao sair da prisão, voltou a estudar Ciências Sociais, agora na Universidade Federal Fluminense (UFF), e formou-se em 1975. Em 1976, entrou no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, onde atuou até fevereiro de 2018. Em 1981, concluiu o mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) e, em 1981, o doutorado em História na UFF. Dulce foi ainda diretora do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e é autora, entre outros livros, do clássico *Camarada e Companheiros: História e Memória do PCB*, editado pela Relume Dumará em 1995. Em 2003, publicou em coautoria com Mario Grynszpan, *A favela fala*, pela Editora FGV. Hoje, está à frente da Rádio Cidadania, onde se relaciona com o coletivo de vozes de comunidades periféricas.



Foto de Dulce no DOI-CODI em 1970 (Acervo Pessoal)

**Italo Moriconi:** Você acha que a sociedade brasileira fez o ajuste de contas com o que houve de pior no período da ditadura, que foi a repressão? E como é o seu ajuste de contas? Seu relato é muito impressionante, assim como sua capacidade de resistência, resiliência, para usar essa palavra da moda, e de reinvenção e reinauguração. Como você se situa diante desse ajuste de contas tão parcial?

**Dulce Pandolfi:** Fico muito honrada com essas palavras do Italo. Às vezes me sinto um duplo – usando uma expressão do Luiz Eduardo –, às vezes parece que não fui eu que passei por aquilo tudo, parece que foi com outra pessoa. Realmente foi uma barra impressionante. Eu faço questão de dizer sempre, quando fui presa, não é que eu não sabia. Não, acho que todos nós que militávamos sabíamos que a barra era muito pesada, que tinha uma tortura estabelecida no Brasil. Então quem estava em organização, assim como eu na ALN [Aliança Libertadora Nacional], sabia que, no dia que fosse preso, seria um massacre, mas a teoria na prática é outra. O negócio é um absurdo tão desumano que chegava naquele limite, enfim... Então foi pauleira mesmo. Às vezes, penso: como é que eu posso estar aqui hoje? E, como você falou, com esperança e com vida. Acho que sou uma pessoa que gosta muito da vida. Isso para mim é até um pouco de mistério. Ouço alguns depoimentos de pessoas que dizem: “Ah, eu queria morrer ali.” Eu nunca tive vontade de morrer na tortura. Tentava me fingir de morta, é diferente. Mas queria viver ao me fingir de morta. “Eu tenho que sobreviver a isso tudo”, pensava. Então, montei uma estratégia de sobrevivência. Eu já contei em alguns depoimentos da tortura. Em algumas

horas, achei que ia enlouquecer, porque você sai da tortura e fica ouvindo outras pessoas sendo torturadas, sabendo que vai voltar a qualquer momento. É uma coisa terrível aquela espera.

Lembro de fazer duas coisas na Polícia do Exército: uma era contar os ladrilhos da cela no quartel. Não tinha nada para fazer ali. Acho que era saudável. Inventei também de tirar palhas do colchão. Fazia isso escondida, porque tinha medo de alguém ver. Tudo era proibido, qualquer coisa ou qualquer tentativa de sobrevivência era impedida. Pegava as palhas e fazia tranças, amarrava e amarrava. Depois desamarrava, botava de novo no colchão. Enfim, fui bolando esse tipo de coisa. Quando saí da prisão, contava minhas torturas para todo mundo, era algo meio louco, mas também uma maneira de extravasar. Eu chorava. Lembro da empregada horrorizada comigo. Eu falava tanto que, um dia, denunciei as torturas, falando dos meus castigos, e fui transferida da PE [Polícia do Exército] para o DOPS [Departamento de Ordem Política e Social]. Eu não sabia se ia ser transferida de vez, a gente não sabia de nada, eles eram donos da nossa vida ali. Me levaram para o DOPS e fiquei encantada com o que vi, porque não tinha tortura, a cela era limpa. Foi aí que conheci a Germana Figueiredo, que o Luiz Eduardo conhece. Ela limpava a cela com primor. Quando fui depor, comecei a denunciar as torturas para o cara que estava me interrogando. Aí ele virou para mim e disse: “Você é louca, senhora?”. Eu digo: “Não, por quê?” “Você está denunciando tortura para mim? Então, significa que você não está curada, vai ter que voltar para a PE e apanhar mais para entender que não é assim. Você tem que ficar quieta, tem que responder as minhas perguntas e não denunciar tortura.” Então voltei para a PE.

Uma coisa que me ajudou muito, que falei no primeiro depoimento que dei para o Luiz Eduardo, é que foi muito bom ter voltado a estudar. Havia certo preconceito com o estudo, quer dizer, as pessoas saíam e ficavam naquele gueto dos ex-presos, achando que a universidade era toda vendida. Consegui transferência para a [Universidade Federal Fluminense] Fluminense e, como eu era pernambucana, voltei a estudar sem ninguém saber da minha história, como uma anônima qualquer. Entrar naquele universo foi um choque cultural positivíssimo, porque eu tinha passado um ano e meio presa, vivi um pedaço da clandestinidade em Pernambuco, e cheguei aqui na UFF, onde estava o centro cultural: drogas, homossexualidade, uma esquerda sem estereótipo, de cabelos grandes, o que para mim era então inadmissível. Enfim, era um mundo completamente diferente, que me fez um bem enorme. As pessoas foram me descobrindo aos poucos, até porque o meu caso se tornou público, mas eu já estava bem enraizada na universidade, com novas amizades. Voltar a estudar foi muito saudável, mas voltei apenas porque deu vontade de estudar, e ter caído na Fluminense, que acho que era o melhor curso de Ciências Sociais no Rio na época, foi muito bom. Lembro em detalhes, a gente estudava [Karl] Marx e Lenin e eu ia com o livro encapado porque não tinha coragem de deixá-lo à mostra. Achava aquilo uma loucura, como é que alguém podia estudar Lenin em 1972? Ia tremendo de medo porque tinha processos correndo contra mim e eu podia ser presa a qualquer momento. Mas foi uma experiência que me ajudou muito.

Eu me tornei um *case*. Atualmente esse é um assunto muito recorrente na minha vida, sou muito solicitada a contar, a falar. Eu sei que meu depoimento [na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro] foi bombástico. Hoje mesmo, acabei de gravar um vídeo para uma série de televisão sobre a Zuzu Angel. Quem vai ser a âncora é a Rita Von Hunty. Na minha entrevista, claro que perguntaram sobre as torturas etc. e tal. No início, eu contava mais no particular, não queria publicizar porque aquilo também me incomodava um pouco. Lembro que estava na Fundação [Getúlio Vargas] quando fui chamada porque tinha um torturador ligado ao governo do Rio que tinha me torturado barbaramente e depois deu um depoimento terrível na Comissão da Verdade. O Grupo Tortura Nunca Mais tinha acabado de ser montado, estávamos em 80 e pouco, no governo Brizola, era o início da redemocratização, mas ainda ditadura, e me perguntaram se eu topava dar um depoimento sobre como tinha sido torturada por ele no Palácio Guanabara. Eu fiquei em pânico, lembro que me desesperei, tinha televisão, mídia. Como é que eu vou denunciar esse homem de público? Mas também não conseguia não ir. E o pessoal: “É importante, o seu depoimento é chave”, o pessoal queria denunciá-lo, porque ele estava em um cargo de confiança do governo Brizola, imagina! Ele estava no BANERJ [Banco do Estado do Rio de Janeiro], mas as pessoas não sabiam. Realmente os torturadores e a tortura foram abafados. Jamais Brizola colocaria um torturador no governo se soubesse da história. Então, a ideia era essa, que a gente fosse ao Palácio [das Laranjeiras] para denunciar o torturador. Me lembro que fui, mas sofri muito. Quase entrei em parafuso com isso, foi uma semana de indecisões, mas resolvi ir e obviamente saiu na primeira página do *Jornal do Brasil*: “Dulce Pandolfi dá depoimento dizendo que seu torturador que fez isso e aquilo”. [O *JB* publicou, no dia 29 de junho de 1985, a seguinte chamada: “Major do Banerj é tido como o maior torturador”, referindo-se ao major da PM Riscala Corbaje, então assessor de segurança da presidência do Banerj.] Nessa época, a diretora do CPDOC, a Celina [Vargas], foi nota mil. Ela foi super solidária a mim. A Fundação [Getúlio Vargas] não sabia que tinha, entre os seus quadros, uma pessoa que tinha passado por

aquilo tudo. Ela veio me dizer: “Estou te chamando aqui para prestar solidariedade a você e, se precisar de alguma coisa, me fale”.



## Major do Banerj é tido como o maior torturador

O Major PM Riscala Corbage, atual assessor de segurança da presidência do Banerj, também conhecido por **Dr. Nagib**, é o principal implicado nas denúncias feitas pelo grupo **Tortura nunca mais** sobre a participação de militares nas torturas realizadas na década de 70. As acusações foram entregues ontem formalmente ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos.

A socióloga Dulce Pandolf disse ter sido torturada por **Dr. Nagib** durante 24 horas ininterruptas e usada em uma aula de tortura. Ante uma plateia formada por militares fardados e policiais em trajes civis, Dulce disse que foi pendurada no pau-de-arara; sofreu choques elétricos e enfrentou um filhote de jacaré, colocado sobre seu corpo nu. (Página 9)

Flora Abreu fala com Vivaldo Barbosa durante formalização de denúncia pelo grupo Tortura nunca mais

Recorte da capa do *Jornal do Brasil* de 29 de junho de 1985 (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional)

Sei que sou uma referência. Sei que sou tachada como aquela que teve a hora da tortura, aquela que foi marcada. No início, falava como uma maneira de extrapolar aquilo, mas evitava ter um papel público. Lembro de negar quando fui convidada para o Grupo Tortura Nunca Mais. Eu era muito ligada à Cecília Coimbra, uma das articuladoras do grupo, que o coordenou muitos anos, e na minha cabeça ser do Tortura Nunca Mais era viver em função desse passado que não quero viver. Quero construir para a frente. Não quero ficar vivendo a tortura. Eu falava como desabafo, não queria que a sociedade soubesse, não queria viver em função disso, mas depois me tornei uma referência. Sei disso e hoje sou bastante solicitada para falar sobre o que aconteceu. Me dói profundamente, por isso acho que a luta não tem fim e temos um papel educativo.

Lembro que uns dos dias marcantes na minha vida foi quando fui assistir a um filme da Lúcia Murat, que depôs comigo na Comissão Estadual da Verdade, um depoimento bombástico. É só saber que tem um filme sobre a ditadura que vou assistir. Vou, choro, me debulho toda, mas tenho que estar lá! Fui ver o filme da Lúcia Murat uma noite no Cine Paissandu, que era uma referência da nossa geração. Era a última sessão, das dez da noite. Pego um táxi com o Agostinho [Guerreiro], meu companheiro, e estou totalmente tomada. No táxi, era uma mulher dirigindo, eu chorando muito e ela apavorada. Ela perguntou: “O que aconteceu?” Falei aos trancos e barrancos: “Assisti um filme agora sobre as torturas e estou super tomada”. A mulher, que você não pode dizer que é uma alienada, porque é uma motorista, uma mulher dirigindo um táxi à meia-noite, uma mulher trabalhadora, falou: “Tortura?” Eu disse: “Sim, sobre tortura”. “Esse filme é sobre a Argentina?”, ela perguntou, e eu respondi que era sobre o Brasil. “Mas teve tortura no Brasil? Eu só sei da Argentina.”, ela disse espantada. Foi aí que chorei mais e disse: “E a nossa luta, gente? Como é que uma mulher dessa não sabe do que aconteceu?”. Eu perguntei a idade dela, e era um pouco mais nova do que eu, havia morado em Brasília, onde tinha feito um curso não sei de quê. Ela me disse que nunca havia sabido de ditadura no Brasil, que ela votava, e me perguntou se eu tinha certeza do que falava. “Eu tenho certeza, fui uma das torturadas e ainda estou aqui”, respondi para ela, que ficou desconcertada.

Tive experiências como essa também com alunos. É duro e por isso acho que a gente não pode parar, é isso que me move. Nunca nego quando sou convidada a falar sobre essas coisas, porque tem um lado pedagógico para as pessoas mais jovens. A gente viveu um período que espero que não volte, mas a democracia brasileira vive sob ameaça e agora, fazendo um link com 2023, o que aconteceu com aqueles vândalos em Brasília tem a ver com o pouco sucesso da nossa luta, por não termos levado aqueles torturadores para a condenação, para a prisão. Hoje tenho horror a prisão, horror, então nem sei se a prisão é a solução. Meu problema não é prendê-los, é reconhecê-los como torturadores. Afastá-los de cargos públicos, impedi-los de ocupar qualquer cargo público. Não fazer isso foi muito ruim para a sociedade brasileira, porque dá uma sensação de impunidade muito grande. A polícia se sente dona do mundo, dona da vida dos outros, essas chacinas em favelas, a maneira como abordam as pessoas pobres e negras é terrível, e acho que tem uma relação com esse fato. Por isso, acho que a gente tem que lutar para que aqueles caras que fizeram o 8 de janeiro em Brasília não sejam anistiados, não podem ser, e tomara que a gente consiga agora, depois de muita luta. Em 1964, eu achava que o mundo era linear e caminhava para o socialismo, que o governo Arraes, com o Paulo Freire e aquela turma toda, era um caminho sem volta e que os camponeses iam ter seus direitos. Fui muito engajada e lembro de ter tomado um susto enorme no dia do golpe: “Não, esse negócio não pode parar, como é que pode parar?”. Hoje

sei que são idas e vindas. Tomara que neste momento a gente consiga retomar essa luta, porque é uma luta sem fim mesmo. Agora foi reativada a Comissão dos Mortos e Desaparecidos, a Comissão da Verdade chegou a fazer algumas recomendações, tomara que elas tenham algum desdobramento agora, porque na época não teve. A Dilma foi impedida, depois veio o governo Bolsonaro.

**IM: A primeira vez que seu caso específico veio a público foi nessa ocasião do governo Brizola ou já tinha vindo antes?**

**DP:** Não, denunciei minhas torturas quando ainda estava presa. E também em uma publicação na Alemanha. Depois, meu caso saiu no livro *Brasil: Nunca Mais*. Denunciei as torturas também nas auditorias militares. Essa é uma outra particularidade da nossa sociedade. Aqui se montou, durante a ditadura, um Estado que tinha, apesar do arbítrio, um lado altamente legal. Isso não aconteceu na Argentina. Fiquei três meses no DOI-CODI, ninguém sabia que eu estava presa, aquela coisa totalmente ilegal. De repente, vou para um presídio e começa uma vida “legal”. Como presa, a gente ia para as auditorias militares e havia um processo que corria legalmente. Porque no Brasil temos a Justiça Militar. Nós, os presos políticos, éramos atendidos pela Justiça Militar. Havia as auditorias militares, onde a gente depunha, e os advogados orientavam, a quem tivesse coragem, a denunciar as torturas. Nem todo mundo fez isso, e entendo por quê. Nossa situação era constrangedora. Era uma fila de militares datilografando na máquina de escrever enquanto a gente falava. Era um interrogatório clássico: nome, sua minibiografia, e depois começavam a perguntar: “Você fez isso?”, “Você fez aquilo?” etc., e, no final, tinha aquele: “Mais alguma coisa a declarar?” Era quando a gente declarava as torturas. Era tão burocrático que o escrivão continuava batendo à máquina e pegava seu depoimento, que era assinado por todos aqueles caras. É incrível esse arquivo, que é o arquivo *Brasil: Nunca Mais*. É uma das coisas mais ricas do mundo, porque talvez seja o único lugar em que você tem depoimentos, provas de torturas registradas e assinadas pelos próprios torturadores. Formou-se uma comissão quando começou a redemocratização, antes da Anistia, que era um grupo de pessoas coordenado por Dom Evaristo Arns, com o Jaime Wright, Paulo Vannuchi, a advogada Eny [Moreira]. Eles se juntaram e começam a retirar aquele material dos acervos das autoridades militares e do Superior Tribunal Militar. Eles pegavam aquelas pastas clandestinamente e xerocavam os documentos. No dia seguinte, devolviam escondido as pastas. Com isso, montaram um acervo monumental. Foi quando o meu depoimento veio a público. O livro *Brasil: Nunca Mais* foi coordenado por Dom Evaristo Arns e pelo Jaime Wright e lançado em 1985.

Um dia, estava na sala de espera do dentista e uma amiga me mostrou o livro e disse: “Olha, Dulce, que barra, não sabia que você estava aqui no livro.” Levei um susto porque não sabia do livro. Nele tinha inclusive a minha aula de tortura. E antes, na Fluminense, teve outro episódio. Entrei em 1972, era 73 ou 74, já não sei, e meu nome sai no jornal, porque a gente ia ter auditoria militar. A diretora viu. Na minha cabeça de ex-presa, achava que, como era uma diretora de instituto, só podia ser uma mulher de direita. Era o governo Médici. Quando lembro que voltei a estudar no governo Médici, que ia de noite para a UFF, pegava barca, penso quanto de coragem eu devia ter também, com os processos rolando, porque fui solta por um relaxamento de prisão preventiva, mas meus processos continuavam na auditoria. Então ela me chama na sala dela, para saber se eu era aquela pessoa, e aí eu falei que não. Olha a maluquice! “Aquele jovem?” “Não sei quem é não, não sei do que se trata.” Quando cheguei em casa, pensei: “Como você falou que não era você? Você tem que dizer que é você.” Porque foi pior ainda, porque sonhei. No dia seguinte, voltei para dizer que era eu e foi incrível porque ela falou: “Dulce, sei que é você, claro. E você nem me deixou continuar. Te chamei porque imagino a sua barra, é um processo barra pesadíssima. Um processo bem longo. Assalto a banco, ação armada. Eu só quis garantir que posso te ajudar.” Toda vez que tinha alguma audiência, eu escapava, fugia, pois não queria voltar ser a presa, se fosse condenada a dois anos teria que cumprir seis meses. Se eu fosse condenada a quatro anos, ficaria um ano e meio presa e não queria nunca mais passar por uma prisão. Então, minha ideia era nunca me apresentar na auditoria, porque quem se apresenta, se for condenado, já sai preso de lá, algemado. Então, eu escapava toda vez. Cada vez que tinha uma audiência dessa, acho que tive cinco processos, escapava. Enfim, não sei quem leu, quem não leu, mas ela, a diretora ficou sabendo. Depois disso, fiquei mais aliviada e ela ficou muito amiga minha. Nunca poderia imaginar que, sendo diretora do Instituto de Filosofia em 1973, no governo Médici, ela pudesse ser uma pessoa bacana.

**Lucas Bandeira: Antes de passar a palavra para o Luiz Eduardo, queria pedir que você falasse mais sobre o momento antes da prisão em Pernambuco. Qual era a sua proximidade e da sua família com o momento político antes da prisão?**

**DP:** Acho que Pernambuco foi o principal laboratório de uma postura mais avançada em relação àquelas bandeiras importantíssimas das reformas de base, que eram as grandes bandeiras do governo Jango [João Goulart], cujo centro era a reforma agrária. Havia aquela ideia de que o Brasil era um país muito atrasado,

muito desigual, muito injusto, e que, se não se fizesse uma reforma agrária, não conseguiria avançar, para inclusive atingir o capitalismo. Em várias análises, inclusive a do Partido Comunista, a gente era um país ainda pré-capitalista. E Pernambuco foi uma experiência incrível, porque, com o governo Arraes, foi também um celeiro de quadros. A gente tinha um prefeito, o Pelópidas Silveira, muito interessante, muito progressista, e uma série de pessoas que giraram em torno disso, como o Paulo Freire, que é o pai de alfabetização de adultos. O Movimento de Cultura Popular de lá também foi muito interessante. Eu era muito jovem, não participei dessas coisas, mas estava muito engajada. Fui de um colégio de freiras super tradicional, minha família era bem tradicional. A minha mãe era ligada a engenho, meu avô era senhor de engenho, e meu pai era um acadêmico, um intelectual, professor de direito e muito voltado para a literatura, foi até crítico literário.

Tinha um grupo que transitava muito lá em casa. Um grupo formado nos anos 50 que hoje é objeto de estudo, o Gráfico Amador, que tem umas figuras incríveis, como Aloísio Magalhães, Orlando [da Costa Ferreira], a Ana Mei [Barbosa], o pessoal de São Paulo, Glauco Campello, o Osman Lins. Eles me chamavam de Dulcinha. Sebastião [Uchoa Leite] frequentava lá em casa. Eles se reuniam todo sábado e, como minha casa tinha um terraço muito grande, eles se revezavam entre a minha casa e a casa de Gastão de Holanda, que era compadre do meu pai e uma figura incrível. O Gastão foi poeta e romancista. Eu muito garota convivi com essa turma. Me lembro que minha mãe dizia assim: “Vai dormir, menina!” Eu sentava em uma janela baixa e ficava ouvindo aqueles papos, porque achava incrível. Às vezes, até o Ariano Suassuna ia lá, o João Cabral [de Melo Neto] também chegou a ir nessas reuniões. Era um pessoal progressista, mas não era filiado a partido. Pelópidas era nosso vizinho, a gente se frequentava, eu adorava ir na casa dele. Meu pai também era um cara progressista, e aquilo tudo me encantava muito. Era professor da faculdade de direito. Meu irmão já estudava direito quando entrei para a universidade. Então, o meu trajeto já estava quase decidido. Também tinha uma prima que militava muito, que fazia medicina e era muito próxima a mim.

Então, eu vivia um pouco esse clima. Por outro lado, tinha a família da minha mãe, essa coisa de engenho, usina, um lado mais reacionário. Eu gostava muito deles, mas tinha alguns comentários que me chocavam. Quando começaram as greves camponesas no final do governo Arraes, em 1963 ou 1964, uma tia minha entrou em parafuso: “Os trabalhadores vão parar de cortar cana, porque agora vão ter direitos!” Isso me marcou profundamente. No dia do golpe, fiquei arrasada, fiquei deprimida. Eu tinha 14 anos e não queria nem voltar para a escola, porque era um colégio muito tradicional. Eu devo minha militância também a essas freiras, porque o colégio era tão reacionário que eu fazia umas revoltas lá dentro. Ficava inconformada. A gente tinha dois modelos de freira, uma que a gente tinha que tratar bem porque era rica e a outra que a gente tinha que tratar mal porque era pobre. Uma era soror e a outra era a *ma soeur*, até a roupa era diferente. Essa *ma soeur* era quem limpava o banheiro, varria as coisas, atendia na cantina, e as outras davam aula pra gente. E a gente levantava e abaixava a cabeça quando passava a soror. Aquilo me dava uma revolta, até que um dia eu chamei as meninas da minha sala para a gente fugir, fazer uma incursão pela clausura e descobrir como era lá dentro as diferenças de classe. Foi um choque! A gente fugiu, subiu a escada e montamos um esquema de segurança. Eu liderando, imagina. E aí descobrimos que até a mesa era diferente, as camas eram diferentes, minha revolta ficou monumental. Então, devo um pouco a essas freiras do Colégio Damas, dissidência do Sacré-Coeur do Rio, a minha consciência de classe, a minha militância.

Luiz Eduardo Soares: Tenho uma imensa admiração pela Dulce, ela sabe disso. Tive a oportunidade de entrevistá-la para o livro *Rio de Janeiro*, que é dedicado a ela. O capítulo que escrevi foi agora muito bem elaborado pela Dulce na primeira exposição, que é essa relação problemática entre o público e o privado quando se trata da exposição do sofrimento pessoal da dor, no nível de radicalidade, de brutalidade, de vileza, de crueldade que é o da tortura. Então, é alguma coisa extremamente problemática e isso para mim sempre esteve presente, porque sou amigo da Dulce desde que a conheci em 1972 por meio da Germana Figueiredo, companheira de cela e de infortúnio dela, que também merecia mais reconhecimento, agora *post mortem*, do que ela teve até aqui. As famílias eram amigas e nós nos encontrávamos regularmente. Convivemos eu e Bárbara, com quem era casado, Dulce e Agostinho. Nossos filhos cresceram, brincando, se encontrando etc. A Dulce seria depois madrinha do meu primeiro neto. Nós éramos próximos e jamais tinha ousado fazer qualquer pergunta a ela sobre tortura. Achava que seria uma indelicadeza, um desrespeito até. Mas, durante muitos anos, tive curiosidade, não mórbida, mas no sentido de ajudar a trazer à tona, porque também acho que esses relatos e a memória rerepresentada são absolutamente fundamentais na luta política contemporânea. São cruciais particularmente porque nós não tivemos justiça de transição, como a Dulce já disse. Nós não tivemos um momento de reconhecimento da verdade, porque, como ela disse também, a punição é uma segunda questão, mas o fundamental, como Mandela reconheceu, é o reconhecimento da verdade. Isso retorna como trauma a nos assombrar, e só é possível a reemergência do fascismo no Brasil,

embora haja mil condicionantes para isso, porque há esse negacionismo histórico. Então, quando a Dulce corajosamente deu aquele depoimento a Comissão da Verdade do Rio, tomei coragem. Eu estava escrevendo sobre o Rio de Janeiro e não queria escrever sobre cartões postais ou trivialidades, queria trazer cenas que eram eloquentes, pouco conhecidas e mais trágicas. Ela generosamente me concedeu várias horas de entrevista e uma parte sintética, que está lá no capítulo “A mulher em comum”. Dado esse contexto, como é que você avaliou essa resistência do governo Lula em retomar o esforço de memória? Isso ficou muito claro nos eventos aí de cinquenta anos do golpe e toda a orientação para o governo não se manifestar. Nós entendemos as motivações táticas em função da correlação de forças, isso tem sua lógica política, mas causou muita revolta. Talvez essa decisão tenha expressado um tipo de avaliação do que vale a pena enfrentar, mesmo com o preço do desgaste, e o que não vale a pena.

DP: Eu estava vendo televisão quando Lula deu aquela entrevista, porque sou uma lulista. O Lula vai falar, estou sabendo, vou lá assistir. Quando ele falou aquilo tomei um susto: “Não podemos remoer o passado.” Gente, o que que é isso? Tomei um susto, não gostei, claro. Então, vou fazer uma pequena avaliação. Acho que essa não é de fato a pauta do Lula, nunca foi. Não é uma pauta que ele toca normalmente. Essa pauta é nossa. Tortura, mortos e desaparecidos, a luta por memórias de justiça e de verdade. O Lula está muito mais com a pauta da desigualdade social. Melhorar a vida dos pobres, essa é a grande pauta do Lula. Então, esse é um lado, mas eu fiquei chocada, e até surpresa, porque tem pessoas, inclusive no governo, que admiro profundamente e tem educação nessa pauta. Mas acho lamentável. Me doe, embora explique por esse lado. Acho que as pessoas, às vezes, não têm muita ideia da barra que é ser presidente da República pós-Bolsonaro, em um momento delicado, onde essas forças estão vivas e atuando. E tinha tido atentado no ano passado. Coisa inacreditável que eles fizeram em Brasília. Fico imaginando o que deve passar na cabeça de Lula. Se alguém estivesse ali, naquele Palácio, poderia ter morrido com uma pedra, com uma foice.

Felizmente, agora, a Comissão dos Mortos e Desaparecidos foi reativada. Como estava falando, a história não é linear, é um processo com vindas e voltas. É uma pena, porque o governo Bolsonaro acabou com a Comissão da Anistia. Ele fez uma coisa pior ainda, porque tentou destruir por dentro as instituições, deu àquela instituição uma função que não era dela. Acho que o caso mais irritante é o da Fundação Palmares. Ele botou um negro na Fundação Palmares, que é o resultado da luta do movimento negro, e o Sérgio Camargo dizia que o movimento negro era a escória da sociedade. E ele fez o mesmo com a Comissão da Anistia. Botou Damares para ficar lá, para pegar casos das pessoas sendo anistiadas e “desanistiar”, digamos assim. Então, o Lula tomou o poder em uma conjuntura em que a máquina do Estado está muito detonada. Como sou lulista, sofri, discordei, critiquei, mas entendo um pouco a situação dele. Felizmente temos figuras como o Nilmário [Miranda), assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade], que fez algumas coisas. Eu participei de um ato em que o Nilmário estava presente. O Nilmário, para quem não sabe, é de Minas Gerais. Ele fez caravanas lá em Minas, em alguns lugares. Não teve nada de oficial do governo, isso não teve, foi proibido, mas algumas pessoas do governo fizeram alguma movimentação, inclusive em uma marcha para Juiz de Fora. Mas acho que temos chance de ganhar o Lula para a nossa pauta, acho que a gente tem que convencê-lo, porque essa pauta é decisiva, inclusive para não correremos o risco de ter outro 8 de janeiro de 2023. Acho que ele deve assumir essa luta por memória, justiça e verdade, porque isso vai fazer bem para o Brasil e para o governo dele.

Beatriz Resende: Dulce, quero falar muito dos seus depoimentos. Estive, na semana passada, no lançamento do filme da Lúcia Murat, *O Mensageiro*, um filme muito bonito. É todo passado em Niterói, com isso tirou um certo realismo às vezes excessivo e tornou o filme mais poético. É muito importante continuar a falar, é muito importante dar depoimentos, é muito importante escrever, é muito importante fazer cinema. Nós tivemos pouco disso, a Argentina tem muito mais, tem muito mais cinema e muito mais literatura. Não falo daquela literatura do primeiro momento, não, que era uma literatura mais de depoimento. Eu digo de uma ficção que relate todo o sofrimento, o golpe, o exílio. Agora ela está começando a aparecer e fiquei muito impressionada com o seu depoimento na Comissão da Verdade. Inclusive, por exemplo, a história do jacaré, que a gente achava que era uma metáfora ou não era exatamente isso, ou era um certo delírio. Quando você conta que o torturador traz um jacaré para, sobretudo, colocar em cima das mulheres, eu achei aquilo de uma força, levei alguns dias para me recuperar. Eu sofri o golpe, sofri o golpe na família, perdi minha avó. Pois quando invadiram a casa dela pela primeira vez para pegar o tio Francisco, ela enfrentou. Quando voltaram, já estavam buscando os netos. Ela subiu, teve um infarto e morreu. Meu pai perdeu todos os cargos que tinha, eu saí do país e tudo o mais, mas nunca senti o golpe como quando eu li o seu depoimento. O impacto que aquilo me deu, nem a ficção consegue atingir. A ficção poderia até ter mais liberdade em relação a tudo isso, mas aquilo é fundamental. A partir do seu depoimento, eu queria que você falasse como mulher sobre isso. A vulnerabilidade não por ser mulher, mas porque era uma presa.



**DP:** Ah, Beá, primeiro queria falar uma coisinha relacionada ao depoimento. Eu sei que foi uma construção, mas tão dolorosa para mim. Você não tem ideia. Passei quinze dias enfiada, batendo aquilo no computador e chorando. A sorte é que tem computador, porque se fosse na máquina nem sei como seria. Eu fazia, desfazia, fazia, desfazia. Que coisa, gente, que sofrimento. Acho que a minha vida parou. Porque tinha a responsabilidade pública também, aquele drama que falei, entre o público e o privado. Eu ia expor todo mundo, sabia que ia ser um negócio na Assembleia Legislativa, com mídia, com tudo. Tinha meu papel de mulher, meu papel de historiadora, meu papel de mãe, de avô. Mas, acho que depois consegui, até com muito orgulho. Não sei se vocês sabem, ele foi publicado, no ano passado, pelo pessoal do MASP [Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand], que fez um livro coordenado pela Lilia Schwarcz.

Quando me chamaram para autorizar a publicação, eu disse: “É claro, fico super orgulhosa por isso”, e comentaram: “Ah, um primor literário”, mas foi muito duro.



Dulce Pandolfi com a cineasta Lúcia Murat no dia em que deram depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 2013.

**LB:** Você usa a forma do “Eu acuso”, do Emile Zola, não é?

**DP:** Foi o meu alívio! Então eu parei o choro... Porque tinha chegado em um ponto em que via se aproximando o dia e não conseguir fazer. Sempre odiei esse papel de vítima, de mulherzinha vítima, também não queria falar de sexo, não achava que era por aí. Também não queria me expor demais, mas queria me expor, queria denunciar. Então o “Eu acuso” me fez sair do papel de vítima. Encontrei um caminho que me confortou. Tanto que conto sobre o jacaré naquela parte do “Eu acuso fulano que colocou o jacaré em cima de mim nua.” Foi uma maneira de contar que fiquei nua, obviamente que a gente ficava nua, porque eles tiravam as nossas roupas. Mas é coisa de mulher. Imagina o que era o Recife em 1968. Como meu pai era professor universitário, chegava aos ouvidos dele que a filha estava no Savoy, um bar bem famoso na época, na Guararapes. “Ah, sua filha foi vista tomando cerveja”, o que era impossível para uma menina de classe média. Foi complicado esse papel. A gente lutando por emancipação, mas o preconceito em relação à participação da mulher era enorme. Na prisão você sente isso muito forte, até porque acho que o ódio era maior contra nós, mulheres. “Você é uma menina assim, assado, bonita, não sei o quê, tinha tudo para estar não sei onde, e se mete em uma coisa dessa.” Havia um ódio. Não sei se existia essa coisa de bater mais ou menos, mas acho que para cima da gente eles descarregavam para valer, então você sente ali o machismo em um nível! Os comentários, os deboches. Lembro que, apesar de toda noite ter uma visita dos comandantes, eles abriam a cela, entravam lá, alguns com cachorros lambendo a gente, era uma coisa barra pesada. E vinha o deboche, com o seu corpo, com você. Eu me lembro como falavam assim: “Ah, uma mulher tão bonita toda machucada, ou ela gosta de dançar muito ou ela gosta de descer de tobogã para ficar nesse estado. Chega aqui toda quebrada, é porque requebrou muito.” Comentários terríveis, terríveis. Uma companheira nossa, a Maria do Carmo Rezende, que estava grávida, ela apanhou e a gente chamou o médico para dizer: “Não dá para bater nela, ela está grávida.” E a resposta dos caras era sempre: “Teve filho porque quis, comunista não pode ter filho. Vocês não são mulheres, vocês são homens, então a gente tem que tratar como homem.” O machismo que a gente sente na pele é barra pesada. Então, senti muito, enfrentei e nunca me senti inferior. Acho que nós todas que chegamos aqui, chegamos exatamente por isso, porque, embora pusessem a gente em um lugar abaixo, a gente nunca aceitou esse lugar. E daí eles terem mais raiva da gente.



**IM:** Já ouvi você dizer que não faz questão de ter uma leitura linear da vida. Tanto que disse que às vezes pensa nesse período de 1964 como se fosse uma outra pessoa, e, no entanto, [sua pesquisa] está completamente ligada a esses mecanismos de cura, pela fala. E quanto a 2024, como é que você se situa? Bom, primeiro, houve uma reinvenção, porque você fez a sua carreira de historiadora, depois saiu da FGV. E agora está engajada na Rádio Cidadania, que serve como um farol, em termo de memória. Não sei se você faz algum tipo de conexão com esse tipo de militância ligada às comunidades, às periferias, às identidades.

**DP:** Esse mundo foi uma grande descoberta para mim. Não que eu não soubesse de nada, mas agora estou muito mais próxima. Quando fui demitida da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – vocês sabem, aquele grande movimento etc. e tal – passei a dar aula de história em casa para pessoas da nossa geração. É uma pena eu não ter tirado foto. Uma amiga, a Flávia Martins, que foi casada com o Roberto Machado, que me propôs isso. O Roberto fazia muito isso. Então, eu dei a aula aqui pra ela nos domingos. A gente arrumava a sala e eram quarenta pessoas. Dei vários cursos de história para uma geração até mais velha do que eu. Como posso dar aulas para essas pessoas? Vários psicanalistas, o Claudius Ceccon, a Carmen da Poian. Foi um sucesso. Era um negócio tão incrível que me deu um gás danado. Até hoje eles cobram uma continuidade para o curso, mas não vai ter não. Cada coisa no seu lugar e a seu tempo, tudo tem começo, meio e fim. Logo depois fui convidada para trabalhar nesse projeto. Um dos braços do Fórum de Ciência e Cultura [da UFRJ] é a Universidade da Cidadania. Ela, na verdade, tem poucas funcionalidades, mas a ideia é que seja uma ponte entre a universidade, o saber acadêmico, e o saber popular, o mundo não acadêmico, os movimentos sociais. Fui convidada e logo depois veio a pandemia. Foi, então, que tivemos a ideia de criar uma rádio. Uma rádio onde se faz tudo on-line. Começamos com os grandes movimentos sociais, o primeiro entrevistado foi o João Pedro Stédile, o segundo foi o [Guilherme] Boulos e, depois, começamos a sacar o seguinte: faltavam as pessoas pequenas.

Hoje, acredito piamente que a saída do país é muito por aí. Esses movimentos têm uma riqueza. As pessoas não têm ideia do que tem nessas comunidades, não é pouca coisa não, é tanta coisa que a gente não consegue nem dar conta de todos os setores, o setor cultural, o de artes. A próxima entrevista que vai ao ar é inacreditável, é de uma senhora da Favela de Manguinhos que tem oitenta e tantos anos. O nome dela é Celeste, ela é poeta. A Conceição Evaristo é super fã dela. Ela foi super perseguida enquanto negra. Imagina! Oitenta e tantos anos, contando que ela foi de um orfanato onde a mulher gritava: “As negrinhas atrás, as negrinhas não podem se misturar com os brancos”. Hoje, ela volta para a cidade em que nasceu, acho que é Carangola, para ser homenageada como poeta, e conta isso com um prazer enorme. Então, é uma descoberta muito grande e acabei virando estudiosa de movimento social. Eles são chaves, são fundamentais, porque aí é que está a alma da sociedade. Então, quando as pessoas dizem que a sociedade brasileira é amorfa, não é o que acho, há aminhos. A gente não conseguiu ver a nossa pauta de memória e verdade incorporada à sociedade. A gente não conseguiu de fato. Participei de um debate com argentinas e elas falaram para mim: “Nossa, acho muito interessante, porque na Argentina o desaparecido não é o desaparecido da fulaninha, da viúva tal, é da sociedade. Aqui vocês falam como se fosse ‘meu desaparecido político’.” Aí você saca que é diferente mesmo. Na Argentina, a sociedade incorporou essa pauta, oxalá a gente consiga chegar lá. Acho que até a gente consegue, é um caminho longo. Mas tem essa outra grandeza da sociedade em nessas causas pequenas, pessoas que tinham tudo para estar desesperadas e estão atuando. São museus que elas estão construindo nas comunidades, cursos, rádios comunitárias, levantamentos. No passado, quando uma pessoa mais pobre conseguia chegar num nível X, ela largava aquilo. Hoje, está acontecendo um movimento belíssimo. Essas pessoas viram doutoras, mas ficam nas comunidades trabalhando. Temos vários casos. Tem, por exemplo, a Redes da Maré. A última moça que entrevistei de lá criou o Museu da Maré. É impressionante! O Itamar Silva, do Santa Marta, tinha tudo para não estar lá mais, mas mora lá e bota seu conhecimento para tentar melhorar a vida daquelas pessoas. Eu encontrei muita gente que faz isso, vários professores, universitários que estão morando em comunidades, no lugar de origem deles, produzindo material didático para aquelas comunidades. É um movimento realmente muito bonito. Então, nunca fiz um link disso com minha história de vida, mas acho que, como Italo falou, tem tudo a ver, porque é uma grande forma de militância também. A gente milita com nossa atitude diante do mundo, diante da vida, pode ter a ver com a questão ambiental, a sala de aula, acho que o professor é um grande militante, aliás, um dos maiores.

Para mim dar aula é um grande prazer, porque ali você consegue um diálogo muito bom com as pessoas. A militância é isso. Então, [a Rádio Cidadania] é uma forma de militância que encontrei e me dá um prazer enorme. E agora, até Luiz Eduardo vai participar, a gente vai montar um Cine Cidadania, também da Universidade da Cidadania. O nosso primeiro projeto é passar o filme *Notícia de uma Guerra Particular*, que é impressionante. Como o filme já tem mais de dez anos, vamos discutir o que avançou na sociedade, pouquíssimo, em relação a essa guerra particular: o tráfico de drogas. O João Moreira Salles já topou e Luiz

Eduardo também, então vamos discutir com os dois e o Itamar [Silva, do Santa Marta], e passar o filme em uma sala de cinema. A ideia é que a cada mês a gente apresente um filme com pessoas que atuaram e que têm a ver com o tema do filme, com o território, porque estou muito preocupada com a questão do território. Acho essa questão-chave para termos uma cidade um pouco mais democrática.

**BR: Esse material Rádio Cidadania está sendo guardado aonde?**

**DP:** No Spotify, você encontra tudo lá. São podcasts. Você os acessa pela Rádio Cidadania. Em alguns deles, fiquei até entalada no meio da entrevista. Olha, tem um menino, que é gari comunitário, gari não, né? É lixeiro. Pega lixo. Ele se chama Felipe e estuda Ciências Sociais na PUC, conseguiu uma bolsa. O discurso dele é uma coisa. No meio da entrevista, parei e disse: “Eu vou tomar uma água e volto daqui a pouco”. O garoto é de uma garra. Ele diz: “Eu conheço esse macacão amarelo, aqui, laranja, mas as pessoas me acham invisível.” Ele atende a população do Leblon, então conta que passa naquelas ruas e conhece as pessoas e as pessoas não falam com ele. Ele dá bom dia, boa tarde e ninguém responde. “Mas será que, com essa roupa, as pessoas não conseguem me enxergar?”. Aí eu perguntei como ele estuda na PUC e qual é a reação das pessoas lá. Ele disse: “Eles é que estão perdendo mais do eu. Eles podiam aproveitar muito mais o meu convívio aqui e aprender muito comigo.” Esse menino montou um pré-vestibular que se chama Círculo Laranja, para os garis. Inacreditável a vida desses caras. O cara mora em Acari, trabalha em um depósito, já fez quatro cirurgias no joelho, porque eles caem daquele caminhão. O caminhão começa a andar e eles caem. O menino tem 40 anos e já fez quatro cirurgias na perna. Um cotidiano barra pesadíssima, com um trabalho insalubre e um discurso lindo, uma alegria de viver e uma garra. Até o motivo do nome dele perguntei. “Porque você se chama Felipe Luther?” Achei que era o nome de verdade, mas não, era uma homenagem ao Martin Luther King, que é um dos ídolos dele. A gente também já fez um primeiro livro, com os trinta primeiros depoimentos, se chama *Combates na Pandemia: Os Movimentos Sociais*. Estamos juntando e organizando o segundo livro, que vai sair pela editora da UFRJ.

**IM:** A Dulce é apaixonada por lideranças, pessoas que têm uma força de mobilização e ela adora isso. Esse trabalho que ela está fazendo agora é isso, né? Acho que isso também é um sinal dessa saúde que ela tem. Agora um comentário político mais geral, voltando pro Lula e aquela dualidade. Claro que isso aí remonta às discussões políticas de muito antigamente, em que a gente investia nas organizações políticas e na prática para tomar o Estado. Mas o que é mais necessário é esse trabalho no interior da sociedade. O próprio processo histórico fez com que os partidos se tornassem partidos de governo. Então a única maneira de você realmente recolocar o problema político, de maneira mais ampla, em termos de uma mobilização social, é através desses trabalhos que estão sendo feitos. É preciso que a gente ouça e recolha o que vem das lideranças, que, como a Dulce está mostrando aí, não precisam de ninguém. Elas já estão fazendo as coisas e elas crescem sem parar, tanto intelectual quanto praticamente. Não estou falando em burocratização, não estou falando em crítica, não estou falando criticamente, acho que foi um processo natural. Nós tivemos dois governos do Lula e estamos novamente com o Lula, mas a gente sente que precisa de uma visceralidade maior na luta política. Acho que ela acontece nessa esfera cultural mesmo, dando ouvidos e estando presente, ajudando, digamos assim.

**DP:** Certo, concordo. Só acho que a gente não pode deixar de lado a grande política, que tem grande importância. Eu brinco sempre que uma canetada resolve coisas que a gente fica suando a camisa para conseguir.

**IM: Você acha que existe preconceito ou disposição dessas novas lideranças a se vincularem a um jogo mais institucional?**

**DP:** O universo é muito variado, não posso falar por ninguém. Não gosto desse papel, mas observo que é super importante continuar esse trabalho de formiguinha. Algumas dessas lideranças estão um pouco distantes do mundo da política e outras, não, nem tanto. Outras estão até filiadas a partidos. Mas é sempre essa garra. Entrevistei uma vez um cara que é DJ, Salada Maleiko. Eu perguntei: “De onde vem esse nome?” Esse cara vendia salada aqui na Praia de Copacabana. Ele começou a ouvir música e hoje é uma referência, tem um canal de TV. Ele conservou o nome de salada. Salada Maleiko! Genial! São pessoas incríveis. Agora vai perguntar se ele quer votar em A, B ou C, eu acho que não.

**LB:** Quero fazer uma pergunta para a historiadora. Estamos falando da questão da memória oral, da história oral, dessa memória individual. Você já escreveu no livro sobre o PCB sobre a disputa da memória coletiva, que mencionamos quando falamos do Lula e da questão da Comissão dos Mortos e Desaparecidos. Eu queria saber, do ponto de vista da historiadora, qual a importância da memória e da história oral para as disputas

da memória coletiva e o que você, que disse ver todos os filmes sobre a ditadura, acha da ficção, que é um outro regime de verdade, para a disputa da memória coletiva da ditadura, ou de qualquer memória coletiva do país.

DP: Eu acho que essa disputa se dá o tempo todo, em várias camadas, digamos assim. É algo permanente, uma coisa bem ingrata, porque nós estamos do lado daqui, digo, das minorias. Quer dizer, não é minoria física. É minoria do ponto de vista dos projetos. Mas acho que a ficção é fundamental. Se a sua mensagem chega através de um filme, através de um poeta, através de um poema, através de um texto literário, você está cumprindo um papel enorme, e essa disputa é permanente. Um exemplo disso é a questão da democracia racial. Que mito é esse tão forte que perpassou séculos? E é agora que ele está começando a ser desmontado. Quer dizer, um país como o Brasil, que é campeão da discriminação racial, ser considerado o da democracia racial? Então, é um trabalho realmente constante, que foi sendo detonado por vários caminhos. Cinema, literatura, política, enfim, debate. Então, é isso, tudo isso tem importância muito grande. Acho que a memória é a chave. A questão do testemunho, por exemplo, é fundamental no caso da repressão. Tanto que a Comissão da Anistia começou a fazer um trabalho lindo com o Paulo Abrão, quando ele entende que aqueles depoimentos têm que ser gravados e divulgados, que não bastava apenas a gente chegar lá e denunciar. Era importante divulgar, até porque fomos abafados. A memória é isso, a memória é disputa. Você tem várias camadas, vários níveis, e a memória oficial precisa ser combatida. E não é pelo fato de ter o governo Lula que nós conseguimos chegar lá, a gente não consegue chegar lá com facilidade, a gente consegue chegar lá através desse nosso trabalho permanente, constante, que vai da sala de aula ao que a gente escreve e comunica. Eu vejo por aí, esse trabalho de vocês, fazendo uma revista de literatura voltada para 1964, que é o marco da nossa sociedade, quando tem gente que acha que nem teve uma ditadura no Brasil.

---

\* **Beatriz Resende** é editora da *Revista Z Cultural*; **Dulce Pandolfi** possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ e doutorado pela Universidade Federal Fluminense; **Lucas Bandeira** é professor adjunto do Instituto de Letras da UERJ e editor da *Revista Z Cultural*; **Italo Moriconi** é crítico, curador literário, ensaísta, poeta e professor da UERJ; **Luiz Eduardo Soares** é escritor, antropólogo, professor visitante da UFRJ e ex-professor da UERJ, do IUPERJ e da UNICAMP.